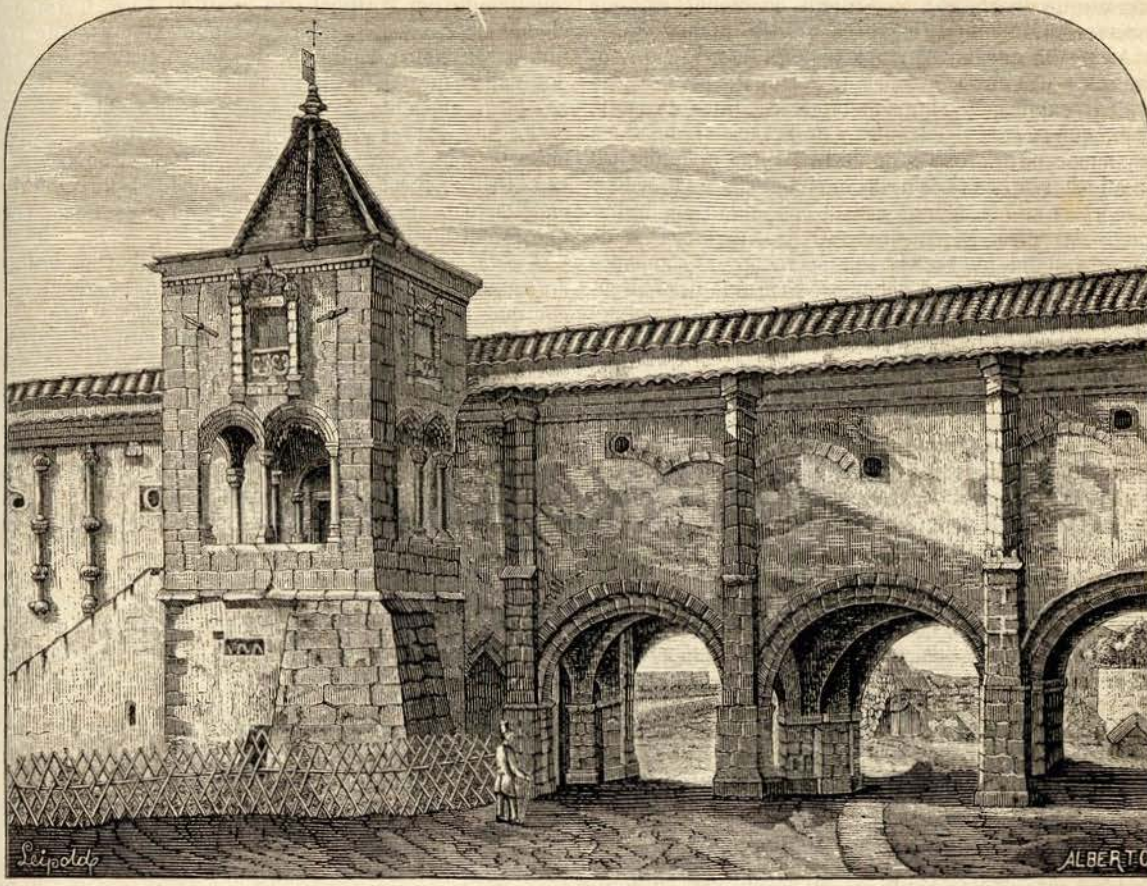


Galeria dos paços reaes de Evora, vista da parte do nascente

PAÇOS REAES DE EVORA

(Conclusão. Vid. pag. 1)

V

A galeria dos paços de Evora, apesar de muito desfigurada com alterações e mudanças de toda a ordem, é ainda um bom exemplar da architectura denominada manuelina.

Em cima do portal estão as espheras. Não nos diz, porém, menos que a divisa o estilo do proprio edificio. Recorda-nos, da mesma sorte que o mosteiro de Belem, o convento de Thomar, a egreja de Santa Cruz de Coimbra e tantos monumentos que ergueu ou reedificou el-rei D. Manuel, os descobrimentos e conquistas do seu reinado. Os feitos gloriosos que marcaram na historia uma epocha notavel, produziram tambem na architectura um estilo caracteristico. Nem são menos brilhantes e portuguezas que as outras estas paginas de pedra.

Já advertiu Garrett que o estilo d'aquella epocha mais depressa influiria do que receberia influencia de outros generos contemporaneos. Não houve patriotica exaggeração no asserto, que depois confirmou Rackzynski, e ha pouco vimos sanccionado na exposição universal de Paris.

A architectura manuelina dominou em Evora como em todo o reino. Abundam as reliquias em muitas casas da cidade. As janellas e portaes, em logar das ogivas dos tempos anteriores ou das vergas posteriormente usadas, tem os arcos de muitos centros ou as linhas sinuosas e recurvadas, conforme os typos graciosissimos que produziu a alliança dos estilos gothico e arabe, a modificação das fórmas graves e severas do primeiro pelas galas e phantasias do segundo. Em partes a combinação de dois arcos fórma bem claramente a figura de um M gothico, inicial do grande nome d'aquelle que, por cingir a coroa de Portugal, influia nos destinos do mundo.

É o mesmo e invariavel o plano de todas estas construcções. As voltas ou archivoltas de granito estribam-se em columnas de marmore, cuja alvura contrasta com o denegrido da pedra nos casos raros em que os primores do architecto hão escapado ao pincel ignobil do caiador.

Eram assim as elegantes e rasgadas janellas da galeria do paço, que mãos de vandalos taparam de pedra e cal, depois de lhes roubarem os marmores que as exornavam.

VI

Ao topo meridional da galeria [1] correspondem tres arcos elevados, com voltas em fórma de ferradura, de puro estilo arabe. Por seu gracioso aspecto, pela disposição e recortes dos tijolos, trazem á lembrança os das mais bellas construcções de Sevilha ou de Granada. Este genero de architectura foi tambem muito usado em Evora nos principios do seculo XVI, e talvez nos fins do anterior, umas vezes puro, outras vezes dando a feição mais proeminente ao estilo manuelino. Conservam-se ainda n'algumas casas da cidade mirantes, que as pessoas illustradas, mas desprevenidas, facilmente tomam como reliquias da dominação arabe.

[1] Vid. a gravura a pag. 1.

Nos mirantes a que alludimos, e em muitas janellas e portaes, os arcos de tijolo ou de granito, com recortes mais ou menos vivos, sustentam-se sobre columnas de marmore, á maneira d'aquelles em que mais propriamente se conhece o estilo manuelino.

As trevas que envolvem a historia da arte em Evora, como nas outras cidades de Portugal, não nos permittem explicar a abundancia de reliquias do estilo arabe que só aqui se encontra. Conservar-se-hiam ainda em tempo de D. João II ou de D. Manuel monumentos genuinos que servissem de modelos aos architectos? Comprazer-se-hia algum artista hespanhol em imitar longe da patria as construcções da Alhambra ou de Cordova, cuja lembrança lhe avivavam as saudades do berço natal? Não o sabemos. Nem é muito que jámais se nos revele a causa do facto que ninguem até agora, segundo julgâmos, registou na historia da architectura portugueza.

VII

Comparando a gravura anterior com a que hoje illustra este artigo, razoavelmente se tomarão por construcções differentes a parte austral e a septentrional da galeria. Só a primeira, com o portico, é de estilo manuelino, e em tudo muito similhante áquella parte dos paços reaes de Cintra que no mesmo tempo foi construida. Os arcos da parte septentrional são inteiramente lisos, como o eram tambem outros, muito mais pequenos e numerosos, que por cima dos que se vêem na gravura formavam uma varanda extensa que se prolongava ainda por um lanço que faz angulo recto com o que a estampa representa. D'estes arcos, completos no primeiro lanço, apenas se conservam no segundo as voltas embebidas na alvenaria com que lhes taparam os vãos depois de lhes roubarem as columnas.

O telhado, que se avista na gravura, foi tambem enxertado no edificio primitivo. No seculo XVII ou XVIII, arruinando-se o tecto, que era, provavelmente, de madeira, porque as delgadas paredes não comportavam pesada cobertura, construiram dentro da galeria, e sobre a abobada em que assenta o pavimento, grossas paredes de metro e meio de espessura, e em cima d'ellas firmaram a pesada abobada com o telhado que hoje se vê. Assim, estupida e brutalmente, se reparou a ruina do tecto, promovendo a das paredes, que já tem algumas brechas.

Ignora-se o nome do auctor de tamanho vandalismo, e tambem o do architecto que edificou a galeria. Martim Lourenço, o mesmo que reconstruiu o templo de S. Francisco, era em 1513 o mestre das obras dos paços reaes. Na galeria, como n'aquella egreja, as paredes são muito delgadas, e toda a sua segurança está na abobada inferior. Em ambas as construcções se occultaram, pois, cuidadosa e elegantemente os artificios empregados a fim de lhes dar a devida solidez. Esta analogia, porém, não basta para provar com evidencia a identidade do architecto.

VIII

A pequena distancia do edificio que as gravuras representam era a galeria das damas, da qual restam apenas no meio da cérca de S. Francisco as paredes, em grande parte desmoronadas. Tinha esta casa de fórma quadrangular a frontaria muito ornamentada, como se vê pelas columnas jonicas e pelos ornatos das janellas, tudo no estilo do renascimento; o que nos leva a attribuir com probabilidade esta construcção ao reinado de D. João III. As paredes são de alvenaria, mas as columnas, architraves e todos os demais ornamentos foram feitos de tijolo e cobertos de estuque para imitarem marmore branco. Parece obra do mesmo architecto, posto que mais elegante e delicada, a torrinha do aqueducto que fica proxima da galeria das damas [1].

Este genero de architectura não se encontra communmente em Portugal. No anno de 1556 havia na cidade de Evora um padre Pasquino Vilanes, que tinha a seu cargo o laranjal dos paços reaes e a obra dos canos que D. João III mandou fazer para levar aos jardins a agua da Prata que sobejasse do chafariz da Praça [2]. Parece este padre pelo nome italiano, e architecto pelo encargo. Não será, portanto, fóra de razão attribuir-lhe a galeria das damas e a torrinha do aqueducto, ambas italianas no estilo e no modo por que foram edificadas.

A esta architectura leve e elegante faltaram imitadores, se bem que muito merecia tel-os n'uma terra em que tanto abundam o tijolo e a cal. A barateza dos materiaes e a facilidade com que se fingiriam todos os generos de ornamentação, todas as grandezas architectonicas, compensariam o não ficarem tão duradoiras como se foram de marmore ou de granito.

As reliquias dos paços reaes com os terrenos adjacentes foram concedidos á camara municipal, com o convento e cérca de S. Francisco, por carta de lei de 25 de julho de 1864. Como parte d'estes terrenos viesse a juntar-se ao passeio publico, está hoje n'elle encravada a galeria de D. Manuel, que a actual vereação louvavelmente deseja restaurar. Os restos da galeria das damas desappareceram dentro em pouco do logar em que jazem, o qual se destina para um novo mercado. Seria mais para lamentar este sacrificio que tem de fazer-se á commodidade do povo eborense, se o estado das ruinas não fosse tal que a propria acção do tempo bastasse para brevemente acabar de destruir o que ainda não deu de todo em terra.

A. Filippe Simões.

MAIS UM NOME PARA INSCREVER NO CATALOGO DOS RESTAURADORES DE 1640

I

Viu a luz ha annos nas columnas d'este semanario [3] um artigo em que se recopilou, com ampliação de algumas particulares e ainda não vulgarisadas noticias, a memoria dos successos que em 1640 preludiaram a nossa independencia, arrancando Portugal ás garras de Castella. Seu benemerito auctor ahi observou, e mui discretamente fez notar, a incerteza em que os contemporaneos nos deixaram ácerca do numero e nomes dos conjurados que, como promotores e principaes agentes de tão gloriosa quanto arriscada empreza, conviria estremar dos que só chegaram a tomar n'ella uma parte mais secundaria, quando a revolução rebentou no 1.º de dezembro. Distincção impossivel já agora de fazer com acerto e segurança, pois que a tradição que nos ficára do numero de *quarenta* mal se ajusta com as relações e listas nominaes publicadas nos annos immediatos ao successo, ou que foram para diante incluidas nas historias mais recentes: deparando-se-nos em algumas, além dos que a todas são communs, nomes que n'outras se omittem, de sorte que em tal dis-

[1] Pelo que dizemos hoje, e por todas as demais razões que constam de uma carta publicada em 1867 n'este jornal, temos por demonstrado que a torrinha do aqueducto é posterior ao reinado de D. Manuel, e não do tempo dos romanos, como alguns escriptores suppozeram. Depois que escrevemos a mencionada carta, descobrimos uma singularidade que registaremos n'este logar. No convento de Santa Catharina, em Evora, ha uma custodia de prata doirada, em cujo pé se vê uma parte com a mesma fórma que tem a torrinha do aqueducto. A custodia é obra estrangeira, talvez italiana. E d'aqui deduzimos que ha n'algum monumento notavel um typo que o architecto imitou com tijolo e cal, e o esculptor reproduziu no molde em que vasou a custodia. Vid. pag. 33 e 46 do vol. X.

[2] Tudo isto consta de uma carta de D. João III dirigida á camara de Evora, e datada de Lisboa de 5 de maio de 1556. Conserva-se este documento no archivo municipal.

[3] Vol. IV, de pag. 289 a 294.

crepancia o complexo de todos excede consideravelmente o numero tradicional consagrado pela fama [1]. N'esta diversidade não é para admirar que a emulação ou má vontade de uns, a ignorancia ou esquecimento de outros, circunstancias que nem sempre consentem que narrativas de coevos sejam a expressão fiel da verdade, dessem causa á preterição de individuos que por seus feitos deveram ser enumerados entre os primeiros fautores d'aquelle arduo commettimento. E ainda mais se se attende a que o pouco tempo que alguns sobreviveram á execução da empreza, e porventura outros incidentes que nos são occultos, tiraram talvez aos lesados a opportunidade de intentar quaesquer reclamações ao verem-se injustamente deslembrados.

D'entre os que por taes causas poderão ter jazido até agora sepultados nas sombras de um esquecimento immerecido, emprehendemos hoje, movido do unico interesse de que a verdade se apure, a reivindicação, bem que tardia, da memoria de um varão egregio, que, embora deslembrado dos historiadores da restauração, nem por isso deixou de tomar n'ella uma parte mui conspicua. Sobram testimunhos para assim o crer em documentos insuspeitos que temos presentes, e que mais auctorisados ficariam se nos fosse dado acompanhal-os com outros que existem extraviados, ou a que talvez não perdoou a voracidade do tempo.

É o sujeito a quem nos referimos o dr. João Sanches de Baena, que, tendo sido lente de canones na universidade de Coimbra, trocára em 1614 a carreira do magisterio pela da magistratura, e, entrando no exercicio de desembargador da relação do Porto, depois de exercer successiva ou cumulativamente os cargos de juiz das justificações, conselheiro e procurador da fazenda, havia em fim chegado no anno de 1637 á elevada posição de desembargador do paço. Ligado por seus antepassados á casa de Bragança, a cujo amparo viera acolher-se de Castella, em principios do seculo XVI, seu bisavô, Gil Alvares Sanches, cavalleiro de S. Thiago, e entretendo elle proprio com o duque D. João desde 1631 uma correspondencia seguida sobre negocios de familia e estado, ninguem mais que elle estava, por conselho, edade e experiencia, nos termos de inspirar ao futuro monarcha uma plenissima confiança. E foi por virtude d'esta, que vindo D. João a Almada em 1639, lhe mandára communicar por João Pinto Ribeiro as primeiras noticias das disposições que já então se tomavam para a restauração, sendo encommendado ao mesmo Pinto que houvesse de conferir com elle e seguir o seu parecer [2].

Isto, e o mais que os historiadores calaram por falta de noticia ou por outros ignorados motivos, acha-se clara e substancialmente revelado no documento que passâmos a transcrever. É uma representação ou memorial de serviços, que em 1683 dirigiu ao então regente, e logo depois rei D. Pedro II, o filho do sobredito, Luiz Sanches de Baena, requerendo remuneração dos serviços de seu pae; e cujo traslado ou rascunho se conservava ainda ha pouco tempo no cartorio da casa representante do ramo primogenito d'aquella illustre familia. D'ahi o extrahiu o nosso mui habil e laborioso genealogista o sr. João Carlos Feo Cardoso, para dar-lhe logar na sua *Resenha das casas titulares de Portugal*, que ora se imprime, mandada publicar por ordem e a expensas da academia real das sciencias de Lisboa [1].

As clausulas da representação parecem-nos assaz explicitas e terminantes para que possam deixar sombra de dúvida sobre a veracidade do allegado. Eil-a aqui, conservando a sua textual orthographia:

«Senhor: — Luiz Sanches de Baena representa a V. A., que João Sanches de Baena, seu pay, servio nos Lugares de Letras de maior reputação por espaço de trinta annos: comessando na Relação do Porto, prosseguindo na Caza da Supplicação, continuando no Conselho da Fazenda, e acabando no Desembargo do Paço, procedendo com summa inteireza na administração da justiça, e com particular estudo na limpeza dos procedimentos, de que deixou bõa memoria.

«Hera João Sanches de Baena por seus Pays e Avoz criado da Serenissima Caza de Bragança, e como tal teve com elle estreita correspondencia o Snr. D. Duarte, Marquez de Frechila, e Conde de Oropeza, filho da Snr.ª D. Catharina, irmão do Snr. Duque D. Theodozio, avô de V. A., na forma que testemunhão as suas cartas que se offerecem.

«E sabendo o Snr. Rey D. João, pay de V. A. deste tracto, mostrou que o dezejava prosseguir, e fazer successivo com João Sanches de Baena, escrevendo-lhe hũa carta de Villa Viçoza em 3 de Fevereiro de 1631, que vai junta, e diz assim:

«*A noticia que tenho da obrigação que nesta caza temos a V. m., e da correspondencia que havia entre V. m. e o Snr. D. Duarte, meu thio, que Deus tem, me faz dezejar ter a mesma, vallendo-me do bom animo em que V. m. se achou sempre para as nossas cousas, que eu em todos os tempos reconhecerei.*

«E sendo cousa tão importante a confirmação dos seus estados [2], logo na mesma Carta se quiz valler o mesmo Snr. do seu conselho, diligencia, e industria: entendendo que era tal a capacidade de João Sanches de Baena, que para os acertos do seu serviço teria prudencia e cuidado, e simulação, que isto importa a concluzã da mesma Carta, que diz o seguinte:

«*Estimarei que me dê seu parecer, dizendo-me a forma em que isto se deve fazer: e se julgar que deve ser por carta, folgarei de que V. m. me mande hũa copia della; porque como pode ter algumas clauzulas, será bem que vamos advertidos dellas: e havendo necessidade de informar-se V. m. de outras pessoas fio da bõa manha de V. m. que o fará com todo o recato, que convém.*

«E assentada esta correspondencia, continuou João Sanches de Baena no serviço do dito Snr., com tal prestimo, cuidado e zelo, que mereceo da sua Grandeza repetidas confissões de obrigado, e reiteradas promessas de agradecido; e sobre tudo mereceo que o mesmo Snr. se humanasse tanto com a sua pessoa, que nem houve occasião de pezar, em que não se alternassem os avisos, nem successo de gosto, que não mutuassem as gratulações: como tudo mais altamente se mostra das mesmas cartas que se aprezentão.

«E chegou a tal extremo o bom serviço de João Sanches de Baena com o dito Snr., e foi tão experimentada a sua fidelidade e o seu animo, que LANÇANDO-SE A PRIMEIRA PEDRA NO EDIFICIO DA SUA ACCLAMA-

1 A lista que vem no fim da *Relação* impressa em 1641, e que se attribue aos padres Nicolau da Maia ou Manuel de Galhegos, mandada supprimir e recolher por decreto de 20 de outubro do mesmo anno, apresenta não menos que os nomes de *68 fidalgos* e *35 nobres*. Ainda não encontrámos a explicação sufficiente dos motivos que determinaram aquella suppressão, posto que alguns se nos offereçam mais ou menos provaveis.

2 «João Pinto Ribeiro é um nome venerando para todos os portuguezes. O agente do duque de Bragança, depois rei D. João IV, prestou relevantissimos serviços para se realisar o feito da restauração, mas não foi elle o seu iniciador... Muitos escriptores referem que no anno de 1638 os fidalgos, que já então pensavam na restauração de Portugal, haviam convidado o infante D. Duarte para acceitar essa coroa; isto em occasião que o infante viera de Allemanha a Lisboa, pois andava ao serviço do imperador, o qual depois traiçoeiramente o entregou ao rei de Castella, etc... Acatando a memoria de João Pinto Ribeiro, não só como um dos cooperadores da revolução de 1640, senão tambem como um sabio escriptor e zelosissimo defensor da independencia nacional, não podêmos todavia dar o nosso apoio a qualquer monumento destinado a commemorar a restauração de 1640, em que se lhe dê preeminencia sobre os principaes conjurados... Pagando esta homenagem áquelles que mais contribuiram para emancipar Portugal do jugo estrangeiro, devemos ser justos, e não attribuir indevidamente maior gloria a uns, quando a outros ella mais compete.» (*Jornal do Commercio* de 22 de outubro de 1867.)

1 Trata-se de concluir a impressão d'esta obra, que ficou interrompida pelo recente fallecimento do auctor. Vimos o citado documento já impresso a pag. 313 do vol. I.

2 O duque D. João havia entrado de pouco tempo na posse da casa, por obito de seu pae, D. Theodosio, fallecido em Villa Viçosa a 29 de novembro de 1630.

ção, quiz o mesmo Snr., que João Sanches de Baena, FOSSE O PRIMEIRO ARTIFICE, MANDANDO: e em SEGUNDO, que João Pinto Ribeiro lhe DESSE A PRIMEIRA NOTICIA, E SEGUISSE O SEU PARECER, mandando-o chamar á banda d'allem.

«De maneira que servio ao dito Snr. em todos os acontecimentos, e por todas as partes, porque lhe servio a Caza, a pessoa e fortuna: e fazia tanto cazo o Snr. Rey D. João da fidelidade delle João Sanches, que em quanto vivêo, que forão quatro annos depois da sua feliz Acclamação, se lhe encarregou todo o negocio da inconfidencia; que naquelle tempo não se passavão nenhũas cartas para Castella para os negocios dos Vassallos de hũa e outra Corôa, que não fosse por registo seu; e por essa razão foi o PRIMEIRO CONDEMNADO EM CASTELLA POR TRAIDOR, como he notorio.

«De todos estes serviços não pedio João Sanches algũa satisfação em quanto vivêo, tendo tão bons valledores, nestas Cartas, para aspirar a hũ augmento tão consideravel que servisse de Padrão honroso, em que seus filhos tivessem eterna memoria de sua pessoa, e illustre exemplar de suas acções.

«Acha-se Luiz Sanches de Baena successor da Caza de seu pay, sem nenhũa mercê: e como athe agora não sahirão a publico aquellas cartas, Alvarás de lembrança de summa estimação, os appresenta a V. A., esperando da sua Grandeza o seu desempenho, e neste o seu requerimento com as pertenções seguintes [1]:

«Teve Pedro Alvares Sanches, seu irmão, a mercê d'hũa commenda de 100$ reis de lote, e de 40$ reis de tensa effectiva, em quanto não fosse provido nella, e nada chegou a ter effeito.

«Servio o mesmo Pedro Alvares Sanches nos Lugares de Letras vinte e hũ annos, comessando pela Relação do Porto, em que entrou para Dezembargador em 14 de Agosto de 641, e continuando na Caza da Supplicação, em que entrou em 27 de Outubro de 642, em que falleceo: e em todos estes postos e Tribunaes servio como pedia a sua obrigação e a sua qualidade: e pela Sentença da justificação que vai junta consta pertencer a Luiz Sanches de Baena o direito da mercê e satisfação dos serviços.

«Manoel Quaresma Carneiro Freire, thio de Luiz Sanches, e irmão de sua may, servio vinte e dous annos a Coroa deste Reyno nas armadas de Portugal, do Brazil, em Flandres, e na India, sendo Capitão de hũ Galeão de alto bordo nas occasiões das batalhas navaes que houve naquelle Estado com as Náos Olandezas e Inglezas, e sendo Cabo do soccorro que se introduzio no arraial de Pernambuco.

«E depois foi Capitão General da praça de S. Thomé, servindo em todos os postos militares e politicos, com particular vallor, e summo zelo, no qual governo servio cinco annos, e nelle morrêo no serviço de V. A., e pela Sentença de Justificação lhe pertence ao dito Luiz Sanches este Serviço.

«E sobretudo, por sua propria pessoa servio Luiz Sanches de Secretario do Dezembargo do Paço perto de cinco annos, accudindo aos maiores negocios, commettidos ó cuidado, no tempo em que V. A. entrou no Governo d'este Reyno, com estudiozo cuidado, e expedição, e segredo: e assim se acha capaz por seus serviços, e pelos de seus irmãos, e de seu pay, e thio, que V. A. lhe faça mercê em remuneração delles: — P. a V. A. que em consideração e premio dos taes serviços lhe faça mercê de hũa commenda de 200$ reis para seu filho mais velho, e de 150$ reis de pensão nos Bispados para seu filho segundo: E. R. M.ce.»

(Continúa) INNOCENCIO FRANCISCO DA SILVA.

[1] Poder-se-hia omittir aqui o resto da representação por ser de menos interesse para o ponto de que se trata; porém entendemos que não convinha mutilar o documento, e sim conservar-lhe todo o caracter de authenticidade, reproduzindo-o tal qual na sua integra.

A FABRICA DE VIDROS DA MARINHA GRANDE

I

Entre as diversas industrias que as estatisticas de Leiria mencionam, o primeiro logar pertence, sem dúvida alguma, ainda hoje pelo seu valor real e pela importancia da sua producção, á fabrica de vidros da Marinha Grande.

A fundação d'esta fabrica data do seculo passado, e consta dos documentos officiaes que, antes do inglez Guilherme Stephens lançar os fundamentos da que seu herdeiro doou ao estado, já n'aquella povoação se produzia vidraça e coparia ordinaria, trabalho em que se empregavam muitos de seus habitantes; e, embora não possa provar-se, talvez d'esta circunstancia e da proximidade do pinhal real nascesse a idéa de fazer alli desenvolver a industria, aproveitando tambem o bom animo com que o marquez de Pombal alimentava a força creadora da nação, valendo-se de muitos elementos que achára accumulados, porém mal aproveitados, dos ultimos tempos do reinado del-rei D. João v.

Effectivamente, o marquez de Pombal ordenou, em beneficio do emprehendedor Guilherme Stephens, que lhe fossem emprestados dos cofres publicos 32:000$000 réis sem juro [1] para as principaes despezas da fundação da real fabrica de vidros, e ao mesmo tempo concedeu varias isenções, sobresaíndo entre ellas a de tirar gratuitamente do pinhal de Leiria o combustivel necessario para a fabrica, sem prejuizo das madeiras de construcção do mesmo pinhal.

Estes privilegios, já de si importantes, que deviam durar pelo espaço de quinze annos, conforme consta do alvará de 7 de julho de 1769, foram accrescentados logo no fim dos primeiros sete annos com diversas providencias relativas ao fornecimento das lenhas, entre as quaes se notava a declaração official de que a fabrica ficava sob a immediata protecção del-rei como util ao bem publico e ao dos pinhaes de Leiria, no presupposto de que o dito fornecimento para a fabrica, bem e conscienciosamente dirigido, em vez de prejudicar, beneficiava os mesmos pinhaes.

Passados mais quatro annos depois d'esta nova concessão, isto é, em dezembro 1780, os edificios da fabrica e seus terrenos annexos, bem como os que viessem a annexar-se, foram declarados por alvará como de natureza de *praso fateosim perpetuo*, para que tudo podesse conservar-se indiviso e illeso, e para que em tempo algum viesse a parar a laboração da fabrica, com grave prejuizo do publico e das familias n'ella empregadas.

Expirando o praso de quinze annos determinado no alvará de 1769, o governo prorogou por mais dez annos as concessões respectivas á isenção de direitos de entrada sobre os generos necessarios para a composição do vidro, e de todos os direitos de saída nas alfandegas do reino e de entrada nas do ultramar a favor dos productos da fabrica, e ao mesmo tempo regulou, em beneficio da producção nacional, a admissão das chapas de vidraça estrangeira.

Em 1794 foram prorogados por mais dez annos todos os privilegios e isenções até então concedidos ao proprietario da real fabrica da Marinha Grande, sendo egualmente approvada e louvada a construcção da estrada que Guilherme Stephens fizera á sua custa para

[1] Nas *Recordações* de Jacome Ratton lê-se a este respeito o seguinte: «Entre muitos outros estabelecimentos, feitos á custa da Real Fazenda, em que bem se deixa ver a munificencia do sr. rei D. José, a beneficio da industria nacional, referirei o estabelecimento da fabrica de vidros da Marinha Grande, junto a Leiria, por Guilherme Stephens, o qual recebeu um emprestimo, ignoro por que cofre, de 80:000 cruzados, a pagar sem limite de tempo, e em cal, producto dos fornos que tinha erigido nas pedreiras de Alcantara, nos quaes ardia carvão de pedra vindo de Inglaterra, livre de direitos. Além d'este emprestimo, tinha o dito Stephens a permissão de se servir de toda a lenha tirada do pinhal d'Elrei, *gratis*.»

tornar mais facil o serviço externo, e attrahir alli directa e commodamente os almocreves e agentes que promoviam a extracção dos productos da fabrica, e aos quaes se dava certa percentagem. Em 1796 ordenou o governo que se fizessem por conta do estado os córtes de madeira necessarios para se acabarem as obras da dita estrada.

Em 1799 fez-se nova prorogação de todos os privilegios por dez annos, além dos dez concedidos em 1794, a favor dos primitivos proprietarios, regulando-se definitivamente o fornecimento de lenhas dos pinhaes reaes de Leiria para a laboração da fabrica.

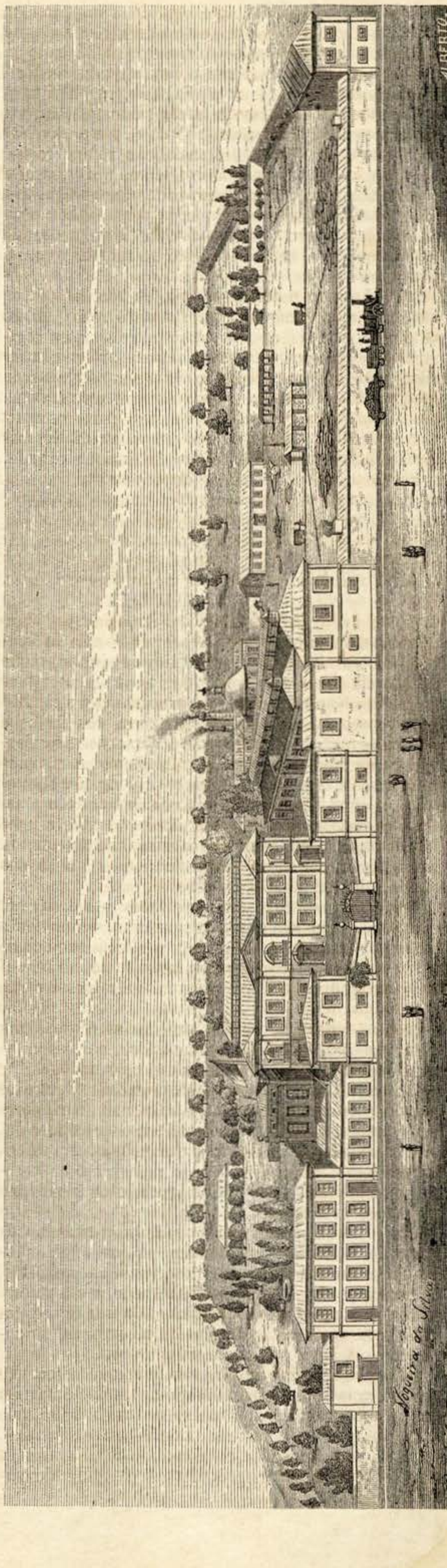
Desde 1799 até 1802 novos privilegios foram concedidos á fabrica, por effeito de repetidas instancias do proprietario, e pelo favor e influencia de que elle de certo gozava na corte, chegando até o ponto de isentarem do serviço do exercito e da armada todos os empregados e operarios da fabrica!

A invasão franceza, que foi uma verdadeira calamidade para a peninsula iberica, e que não poupou coisa alguma, templos, palacios, livrarias, reliquias, edificios publicos e particulares, officinas, laboratorios, industrias, pois que o exercito de Napoleão I em o nosso paiz mostrou ser n'aquelles tempos composto de gente barbara e indisciplinada; a invasão franceza, dizemos, tambem não isentou a fabrica de vidros da Marinha Grande. Não só lhe foram retirados os privilegios, mas egualmente sequestrados os edificios, utensilios e terras annexas, e Stephens, por não querer cumprir as determinações de Junot, teve ordem de prisão, que padeceu por espaço de quatro mezes e onze dias, recebendo a final a liberdade com a vexatoria clausula de se apresentar á respectiva auctoridade todas as quinzenas.

Expulsos os francezes do reino, e livres, felizmente, os seus habitantes dos vexames e tropelias que elles exercitaram aqui em larga escala, a fabrica recuperou os antigos privilegios, com a prorogação de mais vinte annos. Foi isto em 1811.

Faltam-nos os esclarecimentos sobre quando occorreu o fallecimento de Guilherme Stephens, primeiro proprietario da fabrica, e a respeito da epocha em que seu irmão João Diogo veiu a possuil-a e administral-a. Em um relatorio [1] que temos presente, e o qual seguimos n'este artigo, por ser trabalho de grande valor, vemos que foi João Diogo Stephens [2] quem em 1826 fez doação da fabrica e de todos os seus pertences á nação portugueza, segundo consta da verba do testamento que em seguida transcrevemos [3]:

«...Os edificios e casa de habitação e mais casas, herdades, terras, pomares, vinhas, jardins, engenhos de agua, etc., na Marinha Grande, e ao que se possa dar o nome de fixo capital do meu trafego de vidros, tendo sido tratado e convencionado entre mim e meu muito lamentado socio e irmão Guilherme Stephens que o mesmo passaria indivisivel para os representantes ou successores do sobrevivente socio a beneficio d'este reino e da gente ou familias empregadas n'este estabelecimento, assim como foi approvado e ratificado por sua magestade fidelissima no § 1.º do alvará de 11 de dezembro de 1780, agora para inteiramente se cumprir aquelle tratado ou convenção, e servir como um monumento de meu alto apreço e gratidão



Real fabrica de vidros da Marinha Grande

[1] Vid. o *Relatorio sobre a fabrica nacional de vidros da Marinha Grande*, apresentado a s. ex.ª o ministro da fazenda pela commissão de inquerito nomeada por portaria de 4 de junho de 1859. Lisboa, 1860.

A commissão de inquerito á fabrica era composta dos srs. João de Andrade Corvo, Manuel José Ribeiro e Sebastião Bettamio de Almeida, relator.

Tambem consultámos as *Informações para a estatistica industrial*, publicadas pela repartição de pesos e medidas. Lisboa, 1863. Districto de Leiria, pag. 60 a 78.

[2] Suppomos que para lembrança do serviço feito ao paiz por esta familia, cuja habitação em Lisboa era na parte mais larga da rua das Flores, proximo da rua de S. Paulo, é que o senado resolveu que se désse áquelle largo o nome de Stephens, que ainda hoje conserva.

[3] Vid. o *Relatorio* citado, pag. 7.

pelos favores e protecção que n'este paiz me tem sido concedidos, dou e deixo á nação portugueza todos os mencionados bens e estabelecimentos, supplicando ao governo que haja de eleger e nomear uma auctoridade para esta os reger e administrar, rogando tambem mais que não deixe de haver contemplação para com o actual administrador José de Sousa e Oliveira, e conceder-se-lhe aquella dignidade e remuneração, que tão devida é ao seu merecimento, e d'esta sorte espero fixamente, como assim o desejo, que prosperidade, estabilidade e permanencia acompanhem esta util e bella fabrica, a beneficio da Marinha Grande em particular, e utilidade d'este reino em geral, e assim para sempre.»

Esta é, em resumo, a historia da real fabrica de vidros até a sua doação á coroa d'estes reinos. D'ahi por diante, por ser essa a opinião das estações competentes, cujas consultas subiram ao governo, a fabrica, levada á praça, continuou a ser administrada por emprezas particulares mediante contratos mais ou menos vantajosos, conservando-se em parte os antigos privilegios, e tendo sempre em vista os interesses e a prosperidade dos habitantes da Marinha Grande, no que se cumpria a vontade do doador.

(Continúa) BRITO ARANHA.

OS PREMIOS DE VIRTUDE CONFERIDOS PELA ACADEMIA FRANCEZA

Sabia eu vagamente que o benemerito barão de Montyon fundára em França os premios de virtude, e que a academia franceza os distribue annualmente; mas não tinha idéas claras sobre o processo que a tal respeito se segue, nem sobre a natureza dos factos e qualidades das pessoas que são objecto dos premios.

Quiz a minha boa sorte que ha pouco se me proporcionasse a occasião de ler uma obra de mr. Sainte-Beuve, e que ahi encontrasse um discurso de tão conspicuo litterato e academico, proferido perante a indicada academia na sessão publica annual de 3 de agosto de 1865, precisamente destinada á distribuição dos mencionados premios.

N'esse discurso bebi as informações que desejava; e, por quanto as não quero só para mim, venho agora transmittir, em resumido quadro, a noticia que adquiri, e que julgo interessará a curiosidade de um ou outro leitor que necessite esclarecimentos n'este particular.

Como é natural, não são as proprias pessoas virtuosas quem se inculca á academia: é, por assim dizer, a fama publica quem apresenta os candidatos. De ordinario, pessoas notaveis e auctorisadas, scientes de que foram estabelecidos premios de virtude, e conhecedoras de individuos que estão no caso de os merecerem, incumbem-se de dirigir á academia as convenientes propostas, acompanhadas de memorias, de certidões, de attestados, como se se tratasse de formar um processo regular.

Aqui começa o improbo e melindroso trabalho da academia, que consiste em examinar com o maior escrupulo e com o mais apurado criterio as propostas, as memorias, os documentos. Muitos mezes leva este exame, até que a final se apura a verdade, se caracterisam os factos, se designam as pessoas, se applicam na devida graduação os premios.

Succede por vezes que á academia cabe coroar acções de grande lustre e extraordinariamente notaveis; mas n'outras occasiões, como succedeu em 1865, tem ella que premiar feitos mais modestos: existencias, vidas inteiras silenciosa e obscuramente dedicadas ao bem, e santamente empregadas no exercicio da virtude.

O que mais desafiava a minha curiosidade era a noticia de alguns exemplos da escolha feita pela academia, não sómente para me deliciar na contemplação de primorosos rasgos na ordem moral, mas tambem para me instruir sobre as preferencias praticas que a sábia corporação estabelece.

N'este particular ficaram completamente satisfeitos os meus desejos.

Entre oitenta e nove concorrentes deu a academia, em 1865, a primeira recompensa, o primeiro premio, a Rosalia Marion, solteira, mestra communal em Beaumont-Hague, no departamento da Mancha. Tendo nascido no anno de 1791, contava em 1865 setenta e quatro annos.

Quaes circunstancias, quaes feitos a recommendaram á escolha honrosa da academia?

Rosalia Marion entrou em Beaumont, como mestra, nos primeiros dias do mez de janeiro de 1816, e desde então, e por espaço de quasi meio seculo, foi n'aquella povoação, ao mesmo tempo, mestra de ensino primario, enfermeira e irmã da caridade, reunindo sem as confundir e desempenhando com admiravel actividade todas as funcções d'estes empregos. Para encarecer esta singularidade de Rosalia Marion só me parece apropriada aquella valente expressão do nosso Vieira: «De tal sorte acudiu a uma obrigação sem faltar a outras, que a todas satisfez adequadamente.»

As horas da aula foram sempre para ella sagradas, e jámais as sacrificou ás das outras occupações; sendo muito notavel que ainda depois de passar umas poucas de noites á cabeceira de enfermos, tem bastantes forças e assaz de energia para não faltar ao cumprimento dos deveres de mestra.

Na povoação de Beaumont tem ella exercitado com tal assiduidade, desvelo e perseverança os misteres de irmã da caridade e de solicita enfermeira, que, apenas a morada dos pobres é visitada por qualquer infortunio, immediatamente se ouve alli o grito: «Vão depressa buscar a mestra!» A mestra corre pressurosa, e na companhia d'ella chegam o soccorro, o conforto e a consolação!

Nem o asqueroso das chagas, nem o desaceio das casas dos enfermos, nem os ruins cheiros, nem o temor do contagio, nem o aterrador aspecto da morte... nada a detem, nada lhe embarga os passos no caminho da dedicação!

Entre as muitas privações que presenceia nos albergues da pobreza enferma, é, sobre tudo, muito sensivel a falta de roupas. Lá vae a mestra solicitar donativos, promover subscripções, e consegue por fim estabelecer uma bem provida despensa de roupas de linho, de algodão e de lã, que administra com habilidade e todos os annos vae refazendo. É o armario permanente dos pobres!

Muito e muito mais teriamos que apontar a respeito de Rosalia Marion; mas é necessario reservar espaço para revelar outros actos meritorios que merecem a contemplação da academia.

O segundo premio foi concedido a mad. Xavier.

Felicidade Barilliet (que assim se chamava mad. Xavier antes de casada) nasceu em Paris no anno de 1806. Teve a desgraça de perder seu pae muito cedo, e de lhe ficar enferma a mãe, rodeada de quatro infelizes criancinhas. Felicidade Barilliet, a mais velha de seus irmãosinhos, teve o admiravel instincto de se considerar desde logo o cabeça da sua desvalida familia; e de tal modo se houve n'este proposito, que na visinhança começou a ser conhecida pela honrosa designação de mãesinha *(petite mère)*, dando occasião «a que todos se maravilhassem de ver uma criança cuidar da educação de outras crianças, e improvisar-se mãe na edade em que apenas era menina.»

A baroneza Pasquier, visinha de Felicidade, teve noticia da dedicação admiravel d'esta criança pheno-

menal, e a encarregou de tomar conta dos pobres que ella baroneza soccorria. Outras pessoas caritativas imitaram o exemplo da baroneza; de sorte que Felicidade, logo desde os doze annos naturalmente inclinada para a beneficencia, mais e mais se fortificou no gosto, no habito e na necessidade irresistivel de bemfazer.

Velar á cabeceira de doentes, educar e recolher orphãos, prestar todo o genero de serviços aos infelizes... tem sido sempre a occupação mimosa da sua actividade. Nem sequer o casamento, que mais tarde contrahiu, a póde desviar d'aquella senda abençoada; antes redobrou de zelo, porque tambem teve maior somma de recursos pessoaes, adquiridos por um pequeno ramo de negocio.

Sería um nunca acabar, se houvessemos de particularisar o merecimento d'esta mulher. Um dia recebeu ella a visita do arcebispo mr. Morlot, o qual lhe disse: «Venho aqui para vos prohibir que veleis as noites. Deveis poupar-vos para os vossos e para os pobres.» E dizendo isto, entregou-lhe como premio uma medalha de prata.

Mencionaremos a correr os nomes de duas pessoas ás quaes a academia concedeu uma medalha das oito da 1.ª classe.

Paul Alabert, sargento irreprehensivel do regimento 61.º de linha, modelo dos bons filhos.

O padre Felix de Brandelet, cura de Laviron, dotado de uma vocação extraordinaria para crear estabelecimentos de caridade e de instrucção, e para promover construcções de egrejas. Durante quarenta annos tem consagrado a tão prestante empenho tudo quanto possue, e conseguido attrahir avultados donativos, com que tem satisfeito a sua louvavel paixão em beneficio da infancia, da religião e da patria.

Agora poderia eu commentar extensamente o que deixo apenas esboçado: mas tenho para mim que vale muito mais que todos os commentarios a singeleza eloquente dos factos.

Lá o disse S. Gregorio papa: «Não a rhetorica de palavras, senão a eloquencia de obras é a verdadeira prova da caridade.» José Silvestre Ribeiro.

LUXO E MAGNIFICENCIA DA CORTE DEL-REI D. JOÃO V

(Vid. pag. 39)

VII

No dia 8 de janeiro de 1729, pouco antes das oito horas da manhã, desceu el-rei D. João v dos seus paços da Ribeira ao *caes do Forte*, contiguo ao torreão dos mesmos paços, edificado por Filippe II de Castella no logar em que vemos agora o torreão da secretaria de estado dos negocios da guerra. O soberano, acompanhado do principe do Brasil, D. José, seu filho, do infante D. Antonio, seu irmão, e dos gentis-homens e camaristas, embarcou no bergantim real, e, seguido de quinze galeotas e escaleres, em que iam os officiaes-móres e outras pessoas do serviço de sua magestade e altezas, dirigiu-se a Xabregas, onde desembarcou para visitar a egreja do convento das religiosas da Madre de Deus. Feitas as orações tornou a real comitiva para bordo do bergantim e galeotas, que, pondo as proas ao sul, atravessaram o Tejo em direcção a Aldeia Gallega.

N'esta villa estava esperando el-rei, juntamente com um numeroso concurso de auctoridades de differentes terras, o marquez de Capecelatro, embaixador de Hespanha. Depois das sabidas ceremonias usadas na entrada dos nossos reis nas cidades ou villas, D. João v, o principe e infante foram hospedar-se na casa do escrivão da camara, Rodrigo Tavares Pacheco, a qual tinha sido convenientemente preparada para esse fim, e ahi jantaram e passaram a noite.

No dia seguinte, pelas sete e meia horas da manhã, partiu el-rei de Aldeia Gallega.

Descreveremos com individuação este e outros prestitos que abrilhantaram esta solemnidade, não só porque essa narração minuciosa esclarece e patenteia com maior evidencia o assumpto que nos propozemos a tratar n'esta serie de artigos, mas tambem porque offerece uma pagina curiosa para a historia dos costumes nacionaes no seculo passado, e principalmente da corte del-rei D. João v.

Na frente do prestito ia um piquete de oito soldados de cavallaria, com trombetas e atabaleiros, commandados por um tenente. Seguiam-se: o aposentador da corte e seus subalternos, e seis correios de gabinete, com suas trombetas de posta, todos a cavallo; a berlinda dos confessores del-rei, do principe e infante; uma berlinda dos moços da guarda-roupa del-rei; duas berlindas de clerigos e padres da companhia de Jesus; a berlinda do estribeiro-menor; tres berlindas com o corregedor da corte e fidalgos da casa del-rei; a estufa do duque de Cadaval, estribeiro-mór; quatro coches dos camaristas dos infantes D. Antonio e D. Francisco, irmãos del-rei; uma estufa de respeito da infanta D. Francisca, egualmente irmã del-rei; duas estufas de respeito dos infantes D. Pedro e D. Carlos, filhos del-rei; duas estufas de respeito, uma do principe do Brasil, e outra del-rei; Lourenço Galvão, a cavallo; o coche em que iam sua magestade e altezas; seis moços de estribeira, a cavallo; quatro estufas, conduzindo a camara del-rei; a sege do cirurgião Manuel Vieira; duas seges de reserva para o soberano; mais tres seges ricas de reserva para el-rei e para o principe; quatro cavallos de mão para o monarcha, e dois para o principe; uma sege de reserva para o duque estribeiro-mór; um cavallo de mão para o mesmo duque; a guarda de honra, composta de quinhentos soldados de cavallaria, commandados por um capitão; uma sege em que ia o padre jesuita Luiz Gonzaga, mestre de D. João v, e mais o seu companheiro; uma sege com o padre Thomaz Feio e Pedro Antonio Vergolino; outra sege com Antonio Rodrigues da Paz, barbeiro del-rei, e um criado; cinco seges de copeiros-menores, e officiaes que preferem aos moços da real camara; dezenove seges que transportavam os moços da camara; uma do cirurgião Isac Eliote e o seu ajudante; outra sege com o architecto João Frederico Ludovice, e seu filho, João Pedro; tres seges de capellães e acolytos; duas dos porteiros da camara; uma com o architecto Antonio Canevari e seu ajudante; outra em que iam Manuel da Maia, mestre do principe, e José da Cruz, sargento-mór; outra com dois leigos, companheiros do confessor do principe e do mestre del-rei; outra com os medicos José Rodrigues Froes e José Rodrigues de Avreu; outra de Estevão Galhardo, algebrista, e Felix Pereira; outra com o escrivão da cozinha; outra com João Baptista de Moura, moço da casa dos arreios; cinco seges em que iam os officiaes da secretaria de estado; uma dos boticarios; outra com o pagador das cavallariças; quatro em que iam os reposteiros particulares; uma com o thesoureiro da jornada; outra com as lavadeiras; duas galeras com a guarda-roupa del-rei e do principe; uma sege com o cozinheiro-mór; outra de reserva para algum caso em que fosse necessaria; vinte e seis cavallos de mão para el-rei, principe e infantes; e tres seges, em uma das quaes ia o alfaiate del-rei.

Pelas sete horas chegaram os reaes viajantes á capella de Nossa Senhora da Atalaya, onde ouviram missa; e perto da uma hora da tarde apearam-se nos Pégões, para tomarem algum alimento, que lhes estava preparado na casa para esse fim construida. Acabada a comida, e feita a muda dos cavallos dos

coches e seges, continuaram a jornada, chegando ao palacio das Vendas Novas ás quatro horas da mesma tarde.

Sua magestade e altezas, depois de receberem os comprimentos do bispo de Pátara, deão e mais dignidades da sé de Evora, que vieram render-lhes homenagem em nome do cabido da dita cathedral, passaram a ver o palacio e todas as suas officinas.

N'esta visita colheu o monarcha um grande triumpho para a sua vaidade. Todas as pessoas do seu sequito pasmavam, vendo um edificio de taes proporções levantado no meio de umas charnecas. Porém no que se mostravam verdadeiramente admiradas era na brevidade com que se executou similhante obra; o que deu pretexto para os lisonjeiros exclamarem que «tudo e todos se curvavam e obedeciam á vontade del-rei, que sabia fazer milagres, como aquelle que tinham diante dos olhos.»

Jantaram e pernoitaram n'este palacio o soberano e toda a sua comitiva, e no outro dia, 10 do mez, antes do romper d'alva, pozeram-se a caminho para Montemór-o-Novo.

Na vespera tinham partido de Lisboa a rainha D. Maria Anna d'Austria, a infanta D. Maria Barbara, sua filha, agora princeza das Asturias, e o infante D. Pedro, tambem seu filho. Effeituou-se o trajecto do Tejo do mesmo modo que o fizera el-rei. Posto que chegasse a rainha a Aldeia Gallega pelas onze horas da manhã, consumiu-se o resto do dia na visita á egreja matriz, no ceremonial das recepções e beija-mão, e no jantar, de sorte que só na seguinte madrugada se deu principio á jornada por terra.

Compunha-se o prestito da seguinte maneira: dois trombetas e oito soldados de cavallaria, commandados por um tenente; seis correios de gabinete, tambem a cavallo, com suas trombetas; tres seges com moços da real camara; o coche do estribeiro-menor, em que iam o porteiro da camara, os companheiros dos padres confessores, e o medico João Valentim Caupers; o coche dos veadores da princeza das Asturias; a estufa do estribeiro-mór e mordomo-mór da mesma princeza; o coche dos veadores e confessor da rainha; outro coche com mais veadores; a estufa do mordomo-mór e estribeiro-mór da mesma soberana; uma estufa de respeito da princeza; outra da rainha; João Xavier, estribeiro-menor, a cavallo; o coche em que iam sua magestade e altezas; seis moços da estribeira, a cavallo; uma estufa com a camareira-mór e damas de honor; cinco estufas com damas; sete estufas com açafatas; tres estufas com a camara da rainha; quinhentos soldados de cavallaria, fazendo a guarda de honra; os moços do monte, a cavallo; tres seges de reserva para as camareiras-móres; uma sege rica de reserva para a rainha; vinte e nove seges com damas e criadas da rainha e princeza; a sege do guarda-damas; tres seges de capellães; onze de clerigos; oito de musicos; duas de porteiros da canna; uma com o cirurgião João Henriques Wite e o seu ajudante; cinco grandes galeras, que conduziam as alfaias mais preciosas; doze carros matos com bagagens; vinte andas com o enxoval da princeza; um cabo e oito soldados de cavallaria.

Voltando agora a face d'esta luzente medalha dos esplendores da corte de D. João v, vamos mostrar no reverso d'ella verdadeiras miserias, que fazem singular contraste com tantas galas e magnificencias.

Durante a noite que a rainha passou em Aldeia Gallega começou a chover copiosamente, e assim progrediu no dia seguinte com tanto excesso, que os caminhos ficaram logo intransitaveis. Como a estrada, exceptuando varias pontes e alguns pedaços de calçada á entrada e saída das povoações, era mais obra da natureza que dos homens, pois que a estes apenas devia o não consentirem os pés dos viandantes que n'ella crescesse o mato, nos sitios em que atravessava terrenos baixos achava-se transformada em lagos e lameiros, perigosos ao tempo em que a rainha e sua comitiva partiram de Aldeia Gallega.

Foi muito penosa a jornada até aos Pégões. Mas d'esse ponto até ás Vendas Novas era uma lastima ver a passagem do prestito, porque apresentava um aspecto muito similhante ao de um exercito que se recolhe destroçado a uma praça visinha do campo da batalha.

A chuva, cada vez mais grossa, tinha feito trasbordar as ribeiras, as quaes, alagando grande extensão de terreno, cobriam em muitas partes a estrada publica. Aquellas pesadissimas machinas dos coches reaes, ao transporem os atoleiros, enterravam-se de modo que não havia forças que d'alli as tirassem. Quanto mais possantes e fogosos eram os urcos que puxavam pelos coches, tanto mais se atolavam pela violencia do esforço. Foi mister que se mandasse buscar grande numero de juntas de bois para, com o seu auxilio, serem tirados os coches de tão critica situação.

Depois de muita demora, de inauditas fadigas e de não pequenos sustos das damas, a rainha e seus filhos, com parte da comitiva, chegaram ao palacio das Vendas Novas, indo a noite já muito adiantada; e a outra parte viu-se obrigada a voltar para os Pégões, onde pernoitou. N'essa noite morreram nas cavallariças do paço das Vendas Novas muitas cavalgaduras dos coches e dos outros vehiculos, em consequencia do cançaço e resfriamento.

Não obstante os incommodos, fadigas e até perigos por que passára em todo aquelle dia e noite, e apesar dos rigores do tempo continuarem cada vez mais inclementes, a esposa de D. João v era tão animosa, que, ainda mal repoisada, já queria proseguir na viagem, a fim de que a sua demora não transtornasse a ordem estabelecida no programma combinado entre as duas cortes.

N'essa mesma noite, portanto, chamou a rainha ao tenente coronel Luiz Garcia de Bivar para lhe dizer que desejava partir d'alli antes que despontasse o dia. Bivar observou-lhe a impossibilidade de satisfazer esse desejo; e como a soberana instasse, declarando que estava resolvida a affrontar a invernia e quaesquer incommodos, respondeu-lhe com firmeza: «A inclemencia do tempo continúa com todo o excesso, como vossa magestade está vendo; e o caminho que temos d'aqui a Montemór é o peior que nos espera, pelos muitos atoleiros, ribeiras e maus passos que n'elle ha, e do que eu, pelo bom conhecimento que tenho do paiz, estou bem certo. Por todas estas, e ainda por muitas outras razões, sou de parecer que vossa magestade não deve querer entrar em um perigo tão grande, que talvez não póde ser vencido por forças humanas.»

Ouvindo tão fortes razões, resignou-se D. Maria Anna d'Austria a esperar que se tomassem providencias para facilitar a continuação da jornada. Expediram-se logo ordens ao juiz de fóra de Montemór para que mandasse com toda a brevidade e diligencia entulhar os lamaçaes, desfazer e terraplenar as quebradas, em fim, pôr o caminho transitavel. E em quanto se empregavam n'estes trabalhos milhares de braços, era encarregado o coronel José da Silva Paes e Vasconcellos de ir arranjar e dispor nos logares convenientes numerosas juntas de bois para tirar os coches, seges e outros vehiculos nos pontos mais difficeis e arriscados.

No dia seguinte, 11 do mez, veiu dos Pégões a parte do prestito que fôra obrigada a retroceder. E no dia 12, achando-se concluidas as reparações da estrada, do modo que cabia na estreiteza do tempo, e assim tambem dispostas as mais coisas necessarias, saiu a rainha e sua comitiva do paço das Vendas Novas pelas 4 horas da manhã.

(Continúa) I. DE VILHENA BARBOSA.